

STJ00118643

COLEÇÃO

O NOVO  
PROCESSO  
CIVIL

JOÃO ANTONIO TSCHÁ FACHINELLO

# EXECUÇÃO DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS

## NOVAS TÉCNICAS PARA A EFETIVIDADE E EFICIÊNCIA DO PROCESSO COLETIVO

*Prefaciador*  
Elton Venturi

*Posfaciadores*  
Kazuo Watanabe  
Sérgio Cruz Arenhart

LUIZ GUILHERME MARINONI  
SÉRGIO CRUZ ARENHART  
DANIEL MITIDIERO  
Coordenadores

Contém nota aos  
PLs 4.441/2020,  
4.778/2020 e 1.641/2021

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Conteúdo Editorial Júnior:* Ana Carolina Francisco

*Estagiária:* Aline Pavanelli

*Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital*

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Jéssica Viana Bezerra

*Analistas de Operações Editoriais:* Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade e Patricia Melhado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial e ProView:* Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Carolina Ferreira, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Pereira

*Estagiárias:* Michelle Kwan e Thabata Flausino de Almeida

*Capa:* Chrisley Figueiredo

*Adaptação de capa:* Ariel Villalba e Cinthia Riveros

*Líder de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILLA FUREGATO DA SILVA**

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Ana Paula de Araújo Evangelista e Jéssica Maria Ferreira Bueno

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Fachinello, João Antonio Tschá

Execução de direitos individuais homogêneos : novas técnicas para a efetividade e eficiência do processo coletivo / João Antonio Tschá Fachinello. --São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2023. -- (Coleção ● Novo Processo Civil / coordenadores Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero)

Bibliografia.

ISBN 978-65-260-0003-8

1. Ações coletivas (Processo civil) 2. Direito processual civil - Brasil 3. Direitos coletivos 4. Direitos individuais homogêneos 5. Tutela coletiva I. Título. II. Série.

23-166493

CDU-347.952(81)

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Direitos individuais homogêneos : Tutela coletiva : Processo civil 347.952(81)

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	5
PREFÁCIO .....	7
INTRODUÇÃO .....	17
<b>1. O BINÔMIO EFETIVIDADE-EFICIÊNCIA COMO CHAVE DE LEITURA PARA A EXECUÇÃO DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS: DEFINIÇÃO DOS CONCEITOS OPERACIONAIS .....</b>	<b>21</b>
1.1. Efetividade do processo .....	22
1.1.1. A jurisdição, da afirmação do direito à sua concreta implementação .....	24
1.1.2. Os movimentos de acesso à justiça e o direito à preordenação de instrumentos processuais capazes de promover a efetiva tutela de direitos .....	33
1.1.3. A técnica processual em favor da tutela efetiva do direito material .....	38
1.1.4. A insuficiência da técnica da sentença condenatória e as reformas do Código de Processo Civil de 1973.....	42
1.1.5. Elementos em favor da efetividade no sistema processual .....	59
1.1.5.1. Adaptabilidade procedimental: dos procedimentos especiais típicos à construção do procedimento adequado ao caso concreto .....	60
1.1.5.2. Atipicidade dos meios executivos para a efetivação das obrigações de pagar .....	69
1.1.5.3. A efetividade do processo em seu extremo: tendências de desjudicialização da execução .....	76
1.2. Eficiência, da Constituição ao processo .....	83
1.2.1. O princípio constitucional da eficiência aplicado ao processo civil: a noção de eficiência qualitativa e suas possíveis manifestações no processo civil brasileiro .....	83

1.2.2.	O conceito de proporcionalidade panprocessual como categoria operativa da jurisdição enquanto serviço público; repercussões na eficiência processual.....	98
1.2.3.	Eficiência macro e gestão processual de grupos de casos, em especial mediante a cooperação judiciária nacional .....	102
1.2.4.	Eficiência processual e Análise Econômica do Direito.....	110
1.3.	Da efetividade-eficiência do processo singular à tutela coletiva de interesses individuais: fundamentos e diagnósticos iniciais .....	123
<b>2.</b>	<b>O MODELO ATUAL DE EFETIVAÇÃO DA TUTELA RESSARCITÓRIA DE INTERESSES INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS: DISFUNÇÕES E DILEMAS....</b>	<b>129</b>
2.1.	Sistemática procedimental no Código de Defesa do Consumidor.....	129
2.1.1.	Da sentença condenatória genérica .....	130
2.1.2.	Da fase de liquidação .....	138
2.1.3.	Da fase de execução.....	146
2.2.	O procedimento da ação coletiva para a defesa de interesses individuais homogêneos sobrevive à análise de efetividade-eficiência? .....	148
2.2.1.	Inexistência de liquidação e execução coletivas propriamente ditas: o problemático individualismo que domina a fase de efetivação .....	148
2.2.2.	Sentença condenatória genérica e não sincrética: a tutela condicionada à instauração de um novo processo. Aportes de <i>positive economics</i> .....	153
2.2.3.	Déficit informacional e publicização da sentença condenatória.....	159
2.2.4.	Da execução em favor do fundo previsto no art. 13 da Lei 7.347/1985 .....	167
<b>3.</b>	<b>PROPOSTAS PARA UMA EXECUÇÃO EFETIVA E EFICIENTE DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS .....</b>	<b>179</b>
3.1.	Premissas para uma nova forma de encarar a tutela executiva ressarcitória de direitos individuais homogêneos .....	179
3.1.1.	A sentença condenatória e genérica é a única solução possível? .....	180
3.1.2.	Primeira tentativa de coletivização da liquidação/execução e o papel de um substituto processual coletivo .....	184
3.1.3.	O tratamento eficiente e a prova das questões individuais nos processos coletivos.....	192
3.1.1.1.	Redução e objetivização do <i>standard</i> probatório.....	202
3.1.4.	A possibilidade de negociação na tutela coletiva .....	209
3.1.5.	A tecnologia em favor da resolução de conflitos coletivos .....	216

3.2. A escolha da técnica adequada ao caso concreto: possíveis técnicas, em espécie.....	222
3.2.1. Da sentença líquida ou que preveja padrões indenizatórios .....	223
3.2.2. A técnica de sentença mandamental (e o uso de medidas coercitivas) em favor da tutela ressarcitória.....	231
3.2.3. Distribuição das indenizações a cargo do violador do direito ....	236
3.2.4. Delegação de atos de liquidação e execução a terceiros: a figura dos <i>special masters</i> do direito estadunidense e o administrador judicial do direito falimentar .....	240
3.2.5. O possível uso da figura das <i>claim resolution facilities</i> .....	244
3.2.6. A dispensa da fase liquidatória .....	253
3.2.7. A utilização de atos concertados como instrumento de gestão das execuções individuais: a coletivização na fase de execução .....	257
3.2.8. A possibilidade de conversão da obrigação de pagar em uma verdadeira reparação fluida: o Fundo de Defesa de Direitos Difusos como <i>ultima ratio</i> .....	268
CONCLUSÕES .....	275
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	279
POSFÁCIO .....	297